

Páginas 8 e 9

NEGÓCIO DA CHINA PARA O CAPITAL CHINÊS

**SUBMISSÃO AO IMPERIALISMO CHINÊS NÃO É ALTERNATIVA
À DOMINAÇÃO DOS EUA**

NACIONAL

No ano da COP-30, governo e Congresso atacam o meio ambiente

Página 6

INTERNACIONAL

Enquanto líderes árabes negociam com Trump, cresce a solidariedade à Palestina

Páginas 12 e 13

NACIONAL

Precarização e ataques aos trabalhadores pavimentam a privatização dos Correios

Página 14

FALOU ATROCIDADE



“Toda criança em Gaza é um inimigo. Todos os bebês, não o Hamas. Não podemos deixar uma única criança em Gaza”

MOSHE FEIGLIN, POLÍTICO E PARLAMENTAR DE ISRAEL (ICL NOTÍCIAS, EM 21 DE MAIO.)

BESTA SIONISTA

Israel dispara contra embaixadores em visita a Cisjordânia

O Exército de Israel disparou contra uma delegação diplomática em Jenin, Cisjordânia ocupada, no último dia 21, durante visita para documentar a crise humanitária no campo de refugiados — alvo de um cerco militar desde janeiro, com 16 mil deslocados pela violência israelense. A ação expôs a brutalidade do Estado genocida, que justificou os tiros alegando “desvio de rota” da delegação. Entre os diplomatas ameaçados estavam representantes da União Europeia (EU), da França e da Itália. O episódio revela a escalada do terrorismo de Estado israelense, que usa a fome como arma em Gaza e militariza a Cisjordânia, ignorando o direito internacional. Já passou da hora do Brasil romper todas as relações com o Estado genocida de Israel, cuja máquina de guerra quer ampliar seu projeto de limpeza étnica.



Delegação de diplomatas visita campo de Jenin, na Cisjordânia | Foto: Mohammad Mansour/AFP

EXPEDIENTE

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.

CNPJ 73.282.907/0001-64 / Atividade Principal 91.92-8-00.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Júlio Anselmo, Luciana Candido e Roberto Aguiar

DIAGRAMAÇÃO Ana Sbabbo

IMPRESSÃO Gráfica MarMar



CONTRIBUA COM
O OPINIÃO
SOCIALISTA



FALE CONOSCO VIA
WhatsApp
(11) 9.4101-1917

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000

opinio@pstu.org.br

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

ATÉ O SOCIALISMO!

Anderson Costelinha, presente!

No último dia 19, faleceu o diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região Anderson Elias Xavier, conhecido como Costelinha. O companheiro, de 44 anos, faleceu em decorrência de complicações respiratórias causadas por uma pneumonia. Operário da fábrica Caoa Chery desde a sua inauguração, em 2014, em Jacareí (SP), Anderson sempre esteve na linha de frente das lutas em defesa dos trabalhadores. Antes de integrar a diretoria do Sindicato, atuou como cipeiro na fábrica e foi uma das lideranças da histórica greve de 2017, que durou 30 dias, contra a terceirização e pela estabilidade dos trabalhadores lesionados. Como dirigente sindical, teve participação ativa nas mobilizações da categoria, especialmente em Jacareí, onde residia. Filiado ao PSTU, também esteve presente em diversas lutas políticas da região. Costelinha foi um militante combativo e comprometido com a classe trabalhadora, com ampla atuação na CSP-Conlutas.

Também participou de importantes atividades sindicais, como processos eleitorais do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (RJ), do Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro, além dos Encontros da Rede Sindical Internacional de Solidariedade e Lutas. Neste momento de dor, manifestamos nossa solidariedade aos familiares, em especial à esposa Simone e aos filhos Guilherme e Gabriele. Nossa saudação também aos inúmeros amigos e companheiros de luta.

Anderson Costelinha, presente!



Anderson Costelinha era dirigente sindical e filiado ao PSTU

E-BOOKS

Agora você encontra na Editora Sundermann!

- O ORIENTE MÉDIO NA PERSPECTIVA MARXISTA.
- REFORMA DA REVOLUÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA
- CIDADANIA OU CLASSE?

R\$10 cada

EDITORA **sundermann** www.editorasundermann.com.br

Governo chinês e Lula não são alternativas para os trabalhadores

Recentemente, o presidente Lula comparou seus governos no Brasil com a Revolução Chinesa, de 1949. Afirmou que ambos tiveram compromissos sociais para resolver o problema da pobreza. Chegou ao cúmulo de comparar os números da China, que, em 40 anos, teria tirado 800 milhões da pobreza, com o Brasil, que, em 10 anos, tirou 54 milhões da fome.

Lula compara dois processos políticos bastante diferentes. O PT assumiu o modelo de combate à pobreza do Banco Mundial, que, ao mesmo tempo em que amplia a renda de um setor da população mais pobre, aprofunda a concentração e fortalece o capitalismo no Brasil.

Na China, de fato, houve uma revolução socialista vitoriosa, que expropriou a burguesia e os imperialistas. Mas, já em 1978, o capitalismo chinês foi restaurado. A China de hoje já não tem nada de socialista. E o Brasil dos anos Lula não tem nada de Revolução Chinesa.

LULA GOVERNA PARA OS CAPITALISTAS

Os governos do PT, na realidade, foram parte fundamental da implementação do neoliberalismo no Brasil. Isto gerou uma profunda decadência, com um processo de desindustrialização e rebaixamento na divisão mundial do trabalho (o papel que cada país cumpre dentro do sistema capitalista).

Viramos, de vez, uma grande fazenda produtora de soja, cada vez mais dependentes do imperialismo e atrasados. A desigualdade social se mantém, os empregos criados são cada vez mais precários e os salários até aumentaram, mas o patamar de consumo dos trabalhadores segue baixíssimo, com a burguesia ganhando muito mais.

O “Brasil do futuro” nunca veio. Não enfrentaram nenhum problema estrutural e não avan-



Xi Jinping, durante a cerimônia de assinatura de Atos, no Palácio do Povo | Foto: Ricardo Stuckert/PR

çaram nas pautas dos trabalhadores. Mas, atenderam a burguesia em tudo e, como consequência política, ajudaram a criar o bolsonarismo e a ultradireita.

A BRUTAL EXPLORAÇÃO CAPITALISTA NA CHINA

Alguns ativistas olham com simpatia para a China, questionando se não seria possível desenvolver o Brasil, repetindo aquele modelo. Esquecem o grande segredo do salto chinês: uma brutal exploração da sua classe trabalhadora.

Mesmo tendo reduzido a pobreza extrema, a China ainda é um país pobre, com uma brutal desigualdade. Basta ver o permanente crescimento do número de bilionários chineses e o aumento dos monopólios capitalistas privados ou estatais. E, também, comparar com as centenas de greves nos últimos anos, apesar da restrita liberdade democrática.

Para vermos a realidade da dura exploração da classe trabalhadora chinesa, basta lembrarmos a campanha contra a “escala 996”, que significa trabalhar das 9h às 21h, seis vezes na semana. Apesar de ser formalmente proibida, a escala é amplamente utilizada no país

e, em 2019, o bilionário chinês Jack Ma (dono da Alibaba) a defendeu como um dos motores do desenvolvimento chinês.

Este nível de exploração só é possível pois, além de capitalista, a China é uma ditadura controlada pelo partido “comunista”.

O CARÁTER DOS ACORDOS BRASIL E CHINA

Hoje, Lula e o PT comemoram os acordos de investimento com a China. Estes acordos significarão a entrega de riquezas nacionais, a exploração dos trabalhadores e uma subserviência aos capitais chineses.

O Brasil segue dominado, em sua maior parte, pelos EUA. Sendo este um imperialismo velho e decadente (ainda que hegemônico), promotor de guerras, golpes e todo tipo de atrocidade em nome dos seus interesses capitalistas, seu papel perverso é de mais fácil percepção. Com a China, como estamos diante de um novo imperialismo, que recém começou sua expansão global, há muitas confusões.

Mas qual o caráter desses acordos? Eles são guiados apenas pela lógica da acumulação capitalista. A China busca lucros para seus monopólios capitalistas, enquanto parte da burguesia brasileira só espera se associar e espe-

rar que alguma migalha caia da mesa da exploração imperialista.

DA REVOLUÇÃO À RESTAURAÇÃO E, AGORA, O IMPERIALISMO

Na história recente, ocorreram três fatos marcantes na China: a revolução socialista, em 1949; a restauração do capitalismo, em 1978; e o atual salto imperialista.

A revolução, com a expropriação da burguesia, contribuiu para o desenvolvimento, mas foi, desde o início, travada pela burocracia do partido “comunista”, o mesmo que, anos depois, restaurou o capitalismo.

O partido “comunista” mantém apenas o nome, mas tem como papel fundamental administrar o capitalismo. As conquistas sociais da revolução foram desmanteladas e o chamado “socialismo com características chinesas” nada mais é do que o poder dos monopólios capitalistas.

A prova que a China é um país imperialista é que, para manter seu patamar de crescimento e lucratividade, se vê obrigada a exportar o capital acumulado, com a conquista de novos mercados, o domínio da tecnologia e o controle de matérias-primas. Ou seja, exalam a lógica capitalista e imperialista de “ter

que” explorar e rapinar países e regiões inteiras do globo.

PROJETO DO PT APROFUNDA SUBMISSÃO AO IMPERIALISMO

O Brasil, que sempre foi dominado pelos imperialismos dos EUA e da Europa, agora começa a ficar dependente também do capital chinês.

Os monopólios chineses disputam parte do mercado e dos lucros com os outros monopólios capitalistas dos EUA e Europa. É uma disputa sobre quem dominará e controlará mais países, nações e povos. Não há nada de progressivo nessa briga. Nesta situação, a posição dos socialistas e revolucionários sempre foi o “derrotismo revolucionário”. Ou seja, a defesa de que ambas as burguesias imperialistas sejam derrotadas por seus trabalhadores, que, aproveitando do conflito entre eles, podem se fortalecer, rumo a um horizonte realmente socialista.

O PODER DOS TRABALHADORES E O SOCIALISMO SÃO O CAMINHO

A saída para o Brasil não é o modelo de Lula ou da China. Muito menos dos EUA, da Europa ou de países capitalistas tradicionais.

A saída para o Brasil é enfrentarmos a burguesia, tirar da mão dos capitalistas as 250 maiores empresas e, com um processo revolucionário, de fato, desenvolver o país, saindo das garras do imperialismo e desta burguesia brasileira, que vive de enriquecer parasitando toda a sociedade e o Estado, explorando profundamente os trabalhadores. Para fortalecer este projeto é preciso ser oposição de esquerda ao governo Lula. ■

A China de hoje já não tem nada de socialista. E o Brasil dos anos Lula não tem nada de Revolução Chinesa.

Todos os pequenos comerciantes vão falir?

O cerco contra os pequenos comerciantes e o esquema de “pirâmide” das grandes plataformas de comércio digital



GLAUCO AIEX CORRÊA,
DE BARRA DO PIRAÍ (RJ)

É muito comum a ideia, acertada inclusive, de que a “internet” é a grande responsável pela falência e o fechamento em massa de pequenos comércios em todas as cidades brasileiras. Aliás, no mundo inteiro, cada vez mais lojas tradicionais encerram de vez suas atividades. Mas, como os mercados virtuais substituem os pequenos comércios locais do mundo real?

É fato que, hoje em dia, quase que qualquer produto que procuramos pode ser encontrado, por um preço menor, nas grandes plataformas de comércio digital, como a Amazon, o Mercado Livre, a Shopee, a OLX, a Magalu etc. E sua entrega é, na maioria das vezes, no mesmo dia (nas capitais), ou no dia seguinte (no interior), sem custo algum, ou quase sem qualquer custo, ao consumidor. Mas, como apenas eles conseguem isso?

BASTA TODO MUNDO IR PARA O DIGITAL?

Muita gente que quer empreender no comércio digital é seduzida a vender seus produtos através dessas grandes plataformas. As pessoas são atraídas pelas plataformas por serem as maiores empresas do mercado. Ou seja, a maior fatia do mercado consumidor compra através dessas plataformas. Quer dizer, elas possuem os clientes, de antemão. Outras boas facilidades para o vendedor são suas logísticas: de venda em si, de pagamento e de entrega.

Como o mercado que essas empresas dominam é gigantesco, o vendedor é iludido pela ideologia, contida nos cursos de Youtube, de que ganhará muito mais dinheiro quanto mais vender suas mercadorias. Ou seja, para usar um jargão do mercado, “ganhará escala”, já que sua margem de lucro tem que ser, necessariamente, muito reduzida. Afinal, existem também milhares de vendedores concorrentes.



Fachada de supermercado fechado pelo feriado do Dia do Comerciário, no Rio de Janeiro | Foto: Tomaz Silva/Agência Brasil

É assim que se dá a “pirâmide das plataformas”: nosso vendedor, além de cobrar pouco por seu produto, na maioria das vezes abaixo do preço de mercado, ainda tem despesas altas, como as taxas cobradas pela plataforma em cada transação de venda (que varia entre 13% e 26% do valor bruto da venda) e anúncios de sua mercadoria dentro da própria plataforma; pois, sem esses, não há como aparecer ao consumidor em meio aos muitos outros vendedores. E ainda tem que arcar com todos os custos sobre as devoluções de produtos.

AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS PEQUENOS NEGÓCIOS FÍSICOS

Como resultado dessa concorrência predatória, o pequeno negócio de rua sofre. Não consegue oferecer o mesmo preço da internet. Os municípios perdem postos de trabalho do comércio local e seus centros comerciais ficam esvaziados.

Resumindo, o trabalho do nosso vendedor digital se torna “uberizado” pelos grandes monopólios do comércio digital, que ditam todas as regras do seu negócio. Mas, tão logo esse nosso vendedor não consiga mais prosseguir vendendo, porque tem prejuízo em cada venda, ou porque desiste de trabalhar tanto e receber tão pouco, surgem novos vendedores desavisados para ocupar seu lugar.

QUAL A SAÍDA?

Pequenos comerciantes e trabalhadores unidos

É preciso que os pequenos comerciantes, que vivem também do próprio trabalho, se unam contra as opressões que são impostas a eles. Hoje em dia, o que se vê são pequenos comerciantes também querendo vender seus estoques nas grandes plataformas ou em seus sites próprios, tentando concorrer com as maiores corporações do mundo.

Ou, ainda, quando poucos se juntam, é para tentar um lugar na concorrência, criando entregas compartilhadas, por exemplo, para “tentar ganhar” da logística sofisticada das grandes empresas. Em outro esforço, as cooperativas de compras tentam negociar um maior volume de mercadorias em conjunto. Todas sem êxito.

O que não contam aos proprietários de negócios pequenos é que eles fazem parte da classe trabalhadora, não da burguesia, e estão mais próximos da bancarrota do que de acumular

1 bilhão de reais.

A sua pauta precisa ser outra. Eles devem se juntar e pressionar suas várias associações e sindicatos comerciais para lutar pela taxação das grandes fortunas, por linhas de crédito para pequenas empresas, pelo fim da escala de trabalho 6 por 1 e por transporte público gratuito, por exemplo.

O Programa de Transição de Trotsky defende a estatização do sistema bancário, para garantir crédito subsidiado a pequenos produtores, rompendo a dependência de instituições privadas que priorizam lucros sobre necessidades sociais.

Hoje, os pequenos empresários podem lutar por taxar os gigantes do e-commerce, para financiar linhas de crédito específicas aos pequenos negócios locais (físicos) e criar um banco público digital, integrado às novas “fintechs” (empresas que oferecem tecnologia para gestão financeira),

para oferecer empréstimos a juros próximos de zero para pequenos comerciantes, com critérios simplificados (por exemplo, análise de fluxo de caixa via interfaces de programação de aplicativos, ou APIs).

As instituições financeiras e as grandes corporações que não aceitam — e, pela própria lógica do capitalismo, não aceitarão —, devem ser expropriadas e estatizadas sob controle da classe trabalhadora. ■

É preciso que os pequenos comerciantes, que vivem também do próprio trabalho, se unam contra as opressões que são impostas a eles.

Vitória dos trabalhadores da Favela do Moinho

Em São Paulo, comunidade prova que, com luta e resistência, é possível derrotar os governos e conquistar direitos



BRUNO TEIXEIRA,
DE SÃO PAULO (SP)

Desde 2024, cerca de 900 famílias da Favela do Moinho, no centro de São Paulo, enfrentam ameaças de despejo devido à Parceria Público-Privada (PPP) Campos Elíseos, um projeto do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) que visa transferir a sede do governo estadual para a região. O plano inclui transformar a área — atualmente de propriedade federal e cortada por trilhos de trem — em um parque. Por ser propriedade da União, Tarcísio, há um ano, tem negociado a cessão do terreno com o governo Lula.

A proposta inicial de Tarcísio era oferecer R\$ 250 mil em cartas de crédito para aquisição de imóveis do CDHU (companhia habitacional do estado) em regiões periféricas. Isso implicaria endividamento para famílias em situação de vulnerabilidade e aquelas sem renda suficiente ficariam desassistidas, correndo risco de ir morar na rua.



PSTU está na luta com a Favela Moinho e outras comunidades ameaçadas de despejo

Ainda em 2024, o governo realizou uma grande operação policial na favela, com o pretexto de combater o tráfico de drogas. Moradores relataram abusos, invasões domiciliares, intimidações com cães farejadores e um clima constante de medo. Enfim, uma estratégia de assédio disfarçada de política de segurança.

ESCALADA DO CONFLITO E A RESISTÊNCIA DOS MORADORES

Em março de 2025, o governo intensificou a pressão sobre os moradores, ameaçando-os para que aceitassem o acordo, sob pena de perderem tudo. Em abril, tratores foram posicionados na região, para criar um clima de medo, e teve início

a remoção das primeiras famílias. O governo Lula permaneceu conivente com o assédio aos moradores, uma vez que participa da negociação desde o início do processo.

No dia 12 de maio, o governo estadual iniciou a demolição das primeiras casas. Após três dias de intensa mobilização e confronto, com barricadas e

enfrentamento da repressão policial, os governos estadual e federal foram forçados a negociar.

Em suma, os moradores conseguiram arrancar uma nova proposta dos governos, que garantiu cartas de crédito de R\$ 250 mil, subsidiadas pelos governos, além de um auxílio aluguel de R\$ 1.200 até a realocação. Dessa forma, famílias sem renda também foram contempladas, sem a necessidade de endividamento. Foi uma vitória fundamental, pois é parte de uma luta mais geral contra a especulação imobiliária e os lucros das construtoras bilionárias.

Os governos têm compromissos com as construtoras e bancos que lucram com a especulação. A unificação dos que lutam pelos interesses do povo trabalhador (como as várias ocupações e favelas), seguindo o exemplo da resistência do Moinho, é o caminho para derrotar esses projetos capitalistas.

“Guerra às drogas” e especulação imobiliária

A criminalização da pobreza, sob o discurso da “guerra às drogas”, tem sido usada pelo governo para justificar despejos no centro de São Paulo, como foi o caso do Moinho. Esse discurso racista e higienista atinge especialmente a população negra, sendo usada como instrumento de favorecimento ao setor imobiliário.

Imóveis em áreas pobres, consideradas degradadas, são comprados por valores baixos e ocupações são desalojadas, para permitir a valorização posterior, viabilizada por projetos de elitização do centro de São Paulo, sob o comando de Tarcísio e do prefeito Ricardo Nunes (MDB).

“GENTRIFICAÇÃO” DO CENTRO

A situação do Moinho é parte de um amplo processo de “gentrificação” no centro da capital paulista. Ou seja, a substituição de moradores de baixa renda por outros mais ricos. O objetivo é expulsar a população pobre e atrair investimentos imobiliários. O centro, com infraestrutura e acesso ao transporte, se tornou um dos alvos preferenciais dos especuladores e das construtoras. Hoje, ao menos três projetos de Tarcísio e Nunes estão a serviço desse objetivo: a PPP de Regeneração Urbana, a PPP Campos Elíseos e Projeto Requalifica Centro, que visam repassar para as construtoras mais de R\$ 6 bilhões do dinheiro público,

através de incentivos e investimento direto, para desapropriação de prédios antigos, expulsão dos moradores pobres e cortiços, construção da nova sede do governo, novos imóveis comerciais e habitação de classe média alta.

COMBATER A ESPECULAÇÃO E OS DESPEJOS NO CENTRO DE SP

É falso que o centro de São Paulo esteja abandonado. Ele é habitado e utilizado por milhões de trabalhadores e trabalhadoras. O abandono é dos governos municipal e estadual, que não garantem condições dignas de vida. É necessário um plano dos trabalhadores, que enfrente a especulação e garanta o direito à cidade:

- **DESPEJO ZERO, JÁ!**
- **EXPROPRIAÇÃO DE IMÓVEIS OCIOSOS PARA HABITAÇÃO POPULAR.**
- **UNIFICAR AS LUTAS CONTRA OS DESPEJOS, NUMA GRANDE LUTA CONTRA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA.**
- **FIM DAS PPPS E REPASSES BILIONÁRIOS ÀS CONSTRUTORAS.**
- **PLANO DE OBRAS PÚBLICAS PARA REFORMA DE PRÉDIOS PARA MORADIA POPULAR.**
- **REVERSÃO DA PRIVATIZAÇÃO DA REGULARIZAÇÃO**
- **FUNDIÁRIA.**
- **NOVO PLANO DIRETOR, CONSTRUÍDO PELA CLASSE TRABALHADORA.**
- **POR UM NOVO PLANO DIRETOR DE SÃO PAULO, CONSTRUÍDO PELOS TRABALHADORES, QUE ORGANIZE A CIDADE EM FUNÇÃO DAS NECESSIDADES DA CLASSE TRABALHADORA E NÃO DO MERCADO IMOBILIÁRIO.**
- **PARA ISSO É PRECISO UM GOVERNO DOS TRABALHADORES, QUE GOVERNEM ATRAVÉS DE CONSELHOS POPULARES. ■**

Brasil mostra sua cara com ataques ao meio ambiente

JEFERSON CHOMA,
DA REDAÇÃO

A 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP-30), que será sediada no Brasil, se aproxima. Belém, cidade escolhida para receber o evento, virou um imenso canteiro de obras para acolher os visitantes, enquanto a dura realidade de seus próprios habitantes continua sendo ignorada.

Quase 60% da população vive em moradias precárias, muitas em áreas de risco e sem acesso a serviços essenciais — em uma cidade onde 90% não

conta com saneamento básico. A prioridade dada, pelo governo de Helder Barbalho (MDB), à infraestrutura turística escancara e tende a aprofundar as brutais desigualdades sociais da capital paraense.

Mais do que isso, a COP-30 revela a hipocrisia do governo Lula, que, em discurso, se apresenta como defensor do clima e da preservação ambiental; mas, na prática, permite — e até impulsiona — retrocessos ambientais graves, talvez os maiores dos últimos anos. Vejamos alguns deles:



Belém, cidade mais favelizada do país, segundo o IBGE | Foto: Getty Images/iStockphoto

PASSO AO PRECIPÍCIO

Avança petróleo na Foz do Amazonas

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), sob pressão do governo Lula, aprovou o “conceito” do Plano de Proteção à Fauna Oleada (PPAF), da Petrobras, pavimentando o caminho para a exploração de petróleo na Bacia da Foz do Amazonas. A medida, disfarçada como “avanço técnico”, na realidade deixa a Petrobras mais próxima de explorar petróleo na Amazônia.

O PPAF foi aprovado “teoricamente”, mas a próxima fase inclui simulações de resgate —

um teatro para legitimar um projeto que ameaça os maiores manguezais do mundo, berço da biodiversidade marinha e crucial no combate às mudanças climáticas. Também representa uma ameaça contra populações indígenas e de pescadores tradicionais na região. Lula, mais uma vez, mostra seu alinhamento com o capital fóssil, sacrificando a Amazônia em nome do lucro.

A Ascema, associação que representa os servidores ambientais, publicou nota de repúdio contra a decisão do Ibama. Segundo eles, a autorização é uma

manobra para ignorar a expertise técnica dos profissionais e acelerar um projeto que só beneficia a Petrobras e seus acionistas.

Entidade protesta contra o Ibama por aprovar plano da Petrobras, ignorando parecer técnico interno. “Lamentamos que a decisão da presidência do órgão se baseie em elementos que desconsideram o rigor técnico e metodológico dos pareceres emitidos pelas áreas especializadas do próprio Instituto”, diz o comunicado.

“MÃE DE TODAS AS BOIADAS”

Senado aprova PL da destruição

O Senado aprovou, no último dia 20, o PL 2.159/2021, que consiste em um pacote de destruição ambiental disfarçado de “modernização”. O projeto, relatado por ruralistas como Confúcio Moura (MDB-RO) e Tereza Cristina (PP-MS), foi aprovado sem debate, sem votação nominal e — o que extremamente grave — sem a menor resistência do governo Lula, mostrando mais uma vez a submissão do PT ao agronegócio e ao grande capital.

Uma das medidas do texto, apelidado de “Mãe de Todas as Boiadas”, é a facilitação de licenças para termelétricas, hidrelétricas e linhas de transmissão, sob o pretexto de “segurança energética”. Na realidade, é uma licença para devastar, como pode ser o caso da BR-319, conhecida como a “Estrada do Fim do Mundo”, cuja pavimentação vai causar a destruição de uma das áreas mais preservadas da floresta tropical.

O projeto também realiza um sonho antigo do agro: o chamado “autolicenciamento” para expandir a agropecuária e grandes empreendimentos que praticamente ficarão sem fiscalização. Para isso, basta apenas fazer a Licença por Adesão e Compromisso (LAC), que permite a aprovação automática de empreendimentos, via autodeclaração, sem análise técnica. Ou seja, um bilhete verde para crimes ambientais.

FERROGRÃO

O “Trilho da Morte” sobre as Terras Indígenas

Um dos maiores projetos defendidos pelo governo é o Ferrogrão, um projeto bilionário que ligará Sinop (MT) a Itaituba (PA). Seu traçado atropela seis Terras Indígenas (TIs), 17 unidades de conservação e três povos isolados, ameaçando os povos originários e permitindo o avanço da soja pelo Sul do Pará e Norte do Mato Grosso.

DESTRUIÇÃO SEM CONSULTA

Para mostrar a preocupação do governo com os povos indígenas, basta mencionar que os Kayapó (TIs Baú e Menkragnoti), os Panará (TI Panará) ou os Mundurucu (TI Sawré Muybu) foram excluídos do Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Uma violação da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), da qual o Brasil é signatário, que garante consulta prévia dessas comunidades.

CAVALO DE TROIA DO AGRO

O Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico-Ambiental (EVTEA) admite que a ferrovia aumentará a produção

de soja em 50%, até 2050, acelerando ainda mais o desmatamento.

“O impacto da Ferrogrão seria severo, ou seja, mudaria drasticamente a paisagem e a ocupação nessas áreas, gerando danos diretos e irreversíveis às comunidades locais”, informa a “Análise da Atualização do EVTEA da Ferrogrão sob a ótica da Governança Territorial”, com contribuições de especialistas da Universidade Federal do Pará (UFPA) e de organizações da sociedade civil.

A Ferrogrão não levará progresso algum para a população. Será um corredor de grãos para enriquecer latifundiários e multinacionais, enquanto índios, ribeirinhos e a floresta pagam o preço.

A COP-30 revela a hipocrisia do governo Lula, que, em discurso, se apresenta como defensor do clima e da preservação ambiental; mas, na prática, permite — e até impulsiona — retrocessos ambientais graves. ■

Bets, influencers e Estado: uma trinca contra o povo

CPI vira cinismo e revela como mídia, capital e política se abraçam para jogar com a vida dos pobres

JORGE H. MENDOZA,
COLUNISTA DO OPINIÃO SOCIALISTA

Já se foi o tempo em que Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) terminavam em “pizza”. Na CPI das Bets, instalada em novembro de 2024, o desfecho parece ser outro: tudo acaba em memes. Depoimentos como o da influenciadora Virgínia Fonseca e o de Rico Melquiades, que jogou o “tigrinho” ao vivo, viralizaram.

Mas, por trás do espetáculo, a investigação expõe uma máquina capitalista que lucra com a vulnerabilidade da classe trabalhadora, promovida por influenciadores e amplificada pelas redes sociais.

Virgínia Fonseca, com 53 milhões de seguidores, depôs, negando lucrar com perdas de apostadores. Seu contrato milionário com a Blaze (site de apostas sediado na Ilha Curaçau, um paraíso fiscal no Caribe), porém, levanta suspeitas. Rico Melquiades, ex-A Fazenda, protagonizou um momento bizarro ao jogar o “jogo do tigrinho” durante a sessão de 14 de maio, exibindo um lucro de R\$ 88. A CPI ainda planeja convocar outros nomes como Felipe Neto, Viih Tube e Gustavo Lima, apontados por promoverem bets.

Uma das principais críticas à relação entre influenciadores

e as Bets é a suposta “cláusula da desgraça alheia”: bônus proporcional às perdas dos jogadores, com cupons de divulgação. A situação é ainda mais grave considerando que influenciadores recebem contas especiais, pré-programadas para obter mais ganhos. O esquema é literalmente lucrar com a desgraça alheia.

ENTENDA A CPI

A CPI das Bets investiga o impacto das apostas online no orçamento familiar e suas ligações com o crime organizado. O jogo, banido em 1946 (por pressão religiosa), ressurgiu com o avanço digital, em 2018, no final do governo Temer. Suspeitas incluem lavagem de dinheiro e manipulação de resultados, como na Operação Penalidade Máxima, que revelou fraudes em jogos de futebol.

Além disso, há, ainda, a “ludopatia” (compulsão por jogos de azar), um vício que afeta 3 milhões de brasileiros, e a falta de regulação efetiva. O prazo da CPI, estendido até 14 de junho de 2025, reflete tanto a complexidade quanto a resistência de setores que lucram com a desregulação e a falta de vontade política do Congresso.



Senador Cleitinho (Republicanos) faz selfie com ‘influenciadora’ investigada pela CPI | Foto: TV Senado

BILIONÁRIOS POR TRÁS DAS BETS

Uma fração do capital internacional

As casas de apostas não são exclusividade do Brasil. Representam uma das formas mais lucrativas do capital financeiro digitalizado, se esquivando das legislações locais e operando em zonas cinzentas da legalidade. Nos Estados Unidos, após a liberação federal, em 2018, o setor explodiu, sendo integrado aos grandes conglomerados de mídia e esportes.

Já em países da periferia do capitalismo, como o Brasil, as Bets operam como mecanismos de espoliação, vendendo ilusões de ascensão social, enquanto drenam recursos de populações empobrecidas. Com sede em paraísos fiscais e camadas de intermediação digital, essas empresas simbolizam uma face do capitalismo global: desregulado, predatório e “gamificado”, como se o processo de trabalho virasse um videogame, onde você recebe missões, ganha medalhas, “moedas” etc., com o objetivo de aumentar a motivação e o engajamento dos participantes.

Ao contrário do que querem fazer parecer a grande imprensa

e os políticos, os bilionários por trás das bets não são um “setor marginal” do grande capital.

A Bet365, uma das principais no Brasil, foi fundada pela britânica Denise Coates, dona de uma fortuna de US\$ 9,4 bilhões (R\$ 53,2 bilhões). A Betano, também popular, é ligada ao grupo grego Kaizen Gaming, que atua em mais de sete países, com mais de 2.500 funcionários, embora não divulgue números públicos. A Betsson, ativa desde 1963, opera em vários países e tem valor estimado de US\$ 1,7 bilhão (R\$ 9,6 bi). Segundo o Banco Central, entre janeiro e março de 2025, as Bets movimentaram R\$ 30 bilhões por mês.

JOGA QUEM QUER?

“É só não jogar”, pode dizer algum moralista. Mas, esse argumento ignora a armadilha capitalista por trás das Bets. Influenciadores normalizam o jogo, enquanto empresas lucram com usuários viciados. Em 2023, brasileiros gastaram R\$ 263/mês, em média, nos jogos. Cerca de 20% dos bene-

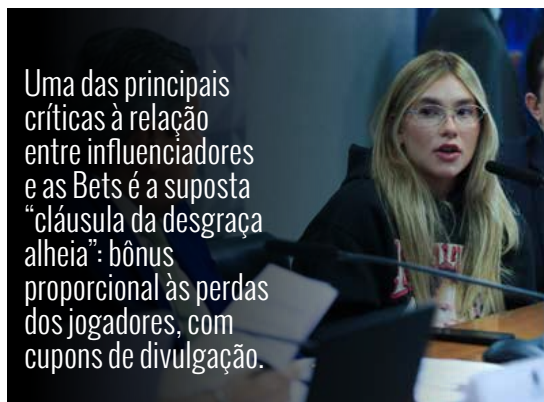
fícios do Bolsa Família foram usados em apostas.

O Brasil tem 210 milhões de habitantes e 90% dos trabalhadores recebem menos que R\$3.500 por mês. A inflação tira o café da mesa. Todo mundo tenta arrumar uma grana extra para terminar o mês. Nesse cenário, os únicos que não precisam se preocupar com isso são os 1% mais ricos — banqueiros e empresários — que vivem da exploração.

O RETRATO PERFEITO DA CPI

Esse é o cenário ideal para as Bets: exploram nosso aperto para vender ilusão. Tudo isso com o apoio dos influenciadores. “Se faz tão mal, proíbe tudo”, declarou cinicamente Virgínia. Ao fim da sessão, um senador ainda pediu selfie e vídeo da influenciadora, mandando abraço para a filha.

Essa selfie é o retrato perfeito da CPI: políticos, empresários, lobistas e influencers abraçados e sorridentes. Enquanto isso, quem paga a conta somos nós. ■



Virgínia Fonseca é acusada de lucrar milhões promovendo bets

Uma das principais críticas à relação entre influenciadores e as Bets é a suposta “cláusula da desgraça alheia”: bônus proporcional às perdas dos jogadores, com cupons de divulgação.

Subordinação à China não é alternativa à dominação dos EUA

Na disputa entre o imperialismo norte-americano e a ascendente China, não existe uma subordinação “menos pior”



DIEGO CRUZ,
DA REDAÇÃO

A recente viagem de Lula à China, cercado por uma grande comitiva, que incluía 11 ministros e vários deputados – do Progressistas (PP) à deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ) –, resultou numa série de acordos e promessas de vultosos investimentos.

Essa movimentação foi divulgada, e comemorada, por setores da esquerda como o fortalecimento de um suposto polo multilateral frente à recente ofensiva protecionista de Trump. Quase que no mesmo sentido, grande parte da imprensa e setores expressivos da burguesia enxergam esse processo como uma oportunidade para um novo ciclo de desenvolvimento, crescimento econômico e empregos.

Contudo, as questões que ficam são as seguintes: Essas promessas de investimentos de Pequim no Brasil fariam parte de uma política progressiva, já que, à primeira vista, se contrapõem ao imperialismo norte-americano? Seria esse o caminho para o desenvolvimento do Brasil?

SIGNIFICADO DOS ACORDOS COM A CHINA

A realidade é que, sob um discurso de “acordos mútuos” e “cooperação”, esconde-se a entrega do Brasil, agora ao capital chinês. Lembrando que o Brasil já é dominado pelo capital estadunidense e europeu.

Ao contrário do que defende grande parte da esquerda, isso não traz nada de progressivo; mas, sim, significa o aprofundamento do retrocesso do país na divisão internacional do trabalho, com a reprimarização da economia, (com sua centralização na exportação de matérias-primas e não de produtos in-

dustrializados), o aumento das exportações das commodities (produtos primários, como soja e minérios, de baixo valor agregado) e a desnacionalização cada vez maior da economia (com a compra de empresas e a privatização de setores estratégicos), com a consequente perda, ainda maior, da soberania, desta vez para uma potência capitalista em ascensão, que é a China.

Parte da esquerda defende a China como uma alternativa à dominação imperialista ianque. Querem fazer parecer que os investimentos de Pequim são diferentes dos de outras potências capitalistas e que as relações estabelecidas com a China teriam um outro caráter, mais “fraternal” e dentro de uma suposta relação igualitária “Sul-Sul”. Uma espécie de “capital do bem”.

NÃO HÁ IMPERIALISMO “MENOS RUIM”

É, por exemplo, o que expressa a deputada do PSOL. “A visita à China, neste momento de disputas entre potências, foi também um gesto político: dizer ao mundo que o Brasil não está preso a alianças automáticas, que não aceita ser tratado como quintal de ninguém”, escreveu Talíria Petrone, em artigo da revista “Carta Capital”.

Como se dissesse: diante de uma disputa entre potências, temos a autodeterminação de escolhermos a quem seremos subordinados. Não existe, porém, uma dominação imperialista mais ou menos ruim para país dominado.

Um investimento não é uma doação generosa da China, em prol do desenvolvimento do país, sem contrapartida. É o contrário: uma relação de exploração, com



Encontro entre o presidente da China, Xi Jinping, e Lula | Foto: Ricardo Stuckert/PR

o objetivo de extrair as riquezas produzidas pela classe trabalhadora, como ocorre com qualquer relação imperialista.

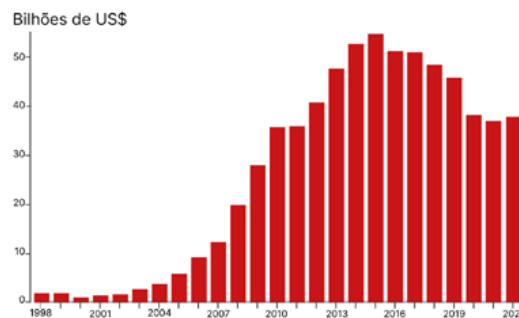
O EXEMPLO DA ÁFRICA

Exemplo evidente dessa relação é a pilhagem realizada pela China no continente africano. Nos últimos 20 anos, o continente recebeu uma enxurrada de investimentos chineses em infraestrutura, como estradas, ferrovias e portos.

Tudo para conquistar o controle da produção de matérias-primas, como as minas e poços de petróleo, e escoá-las para o país, devolvendo em troca produtos industrializados e de alta tecnologia. Isso sem falar que grande parte dos ditos investimentos chineses são empréstimos que se transformam em dívida. Cerca de 20% da dívida dos países africanos é justamente com a China.

Uma relação que o próprio presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, Akinwumi Adesina, classificou como “predatória”.

Lucros da china com projetos de construção na África



Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China

Exemplo evidente é a pilhagem realizada pela China na África que recebeu uma enxurrada de investimentos chineses. Uma relação que o presidente do Banco Africano de Desenvolvimento, classificou como “predatória”.

DISPUTA INTERIMPERIALISTA

As promessas de acordos e investimentos

Em meio ao Fórum da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a China prometeu o equivalente a 9 bilhões de dólares (R\$ 51 bilhões) em investimentos na América Latina e no Caribe. Seriam, essencialmente, investimentos em projetos de infraestrutura. Tudo embalado num discurso de parceria e acordos mútuos entre iguais.

Antes mesmo do Celac, o governo brasileiro divulgou acordos com empresários chineses que preveem investimentos de R\$ 27 bilhões no Brasil nos próximos anos. Entre as áreas que receberiam o capital chinês estão os serviços de “delivery”, com a empresa Meituan, carros elétricos e a mineração, através da gigante Bayin Nonferrous.

A investida chinesa na região se dá em meio ao aprofundamento da disputa interimperialista entre os EUA e a China, que escalou após o anúncio por Trump de um tarifação generalizada, um ataque ao conjunto dos países, mas cujo alvo principal é Pequim. Apesar do anúncio de uma trégua temporária com a China, com a redução das tarifas, a tensão entre as duas potências capitalistas está longe de terminar.

A China, diante da ofensiva trumpista (que é uma demonstração da decadência dos EUA enquanto potência imperialista hegemônica), aproveita a oportunidade para tomar vantagem na disputa pelos mercados dos países semicolônias. Algo fundamental para manter (e impulsionar) sua tendência de cres-

cimento e conseguir fazer frente aos EUA enquanto principal país imperialista.

A chamada “Iniciativa Cinturão e Rota da China” faz parte dessa estratégia chinesa, com investimentos na Ásia, Europa e África. Com a precipitação da disputa com os EUA, a China está acelerando seus planos para a América Latina.

PRESEÇA CHINESA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO

A presença chinesa no mercado brasileiro já vinha numa crescente. Entre 2019 e 2024, as importações da China subiram de 10,2% para 18,7%. Só em 2025, as importações chinesas cresceram 28,1%, segundo o painel de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

Um memorando recente, assinado pelo ministro da Casa Civil, Rui Costa, prevê um Plano de Cooperação com bilionários investimentos no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No pacote, entrariam ferrovias (com trens, metrô e veículos leves sobre trilhos/VLTs), além da privatização de estradas, portos e aeroportos.

Resumindo: uma abertura aos produtos industrializados e ao capital chinês, centrada em infraestrutura para controlar e escoar commodities, associada ao agronegócio, num movimento que, longe de significar uma reindustrialização do país, aponta exatamente para o aprofundamento, ainda maior, do processo de reprimarização e desindustrialização já em curso.

OUTRO IMPERIALISMO É POSSÍVEL?

O que a China quer no Brasil?

No Brasil, já acumulamos exemplos do “modus operandi” do imperialismo chinês. A Ford Camaçari, na Bahia, foi comprada pela chinesa BYD e, no final de 2024, 163 operários chineses foram resgatados da unidade em condições análogas à escravidão. Ou seja, foi um investimento que não aumentou a capacidade produtiva, não gerou empregos, se beneficiou de isenções e subsídios e, ainda, colocou operários em condições subumanas de trabalho.

Da mesma forma que a BYD fez com a Ford na Bahia, outras gigantes automobilísticas chinesas estão assumindo fábricas das montadoras tradicionais, como a GWM, que comprou a fábrica da Mercedes em Itacarépolis (SP). Ou-

tra chinesa, a GAC, anunciou mais de US\$ 1 bilhão para começar a produzir no país, adquirindo a fábrica da HPE Automotores (que produz a Pajero e veículos da Mitsubishi e Suzuki), na cidade de Catalão (GO). Já a Geely firmou um acordo com a Renault para começar a produzir no país, na planta em São José dos Pinhais (PR).

Traduzindo: são “investimentos” que apenas substituem o capital norte-americano ou europeu pelo capital chinês.

INFRAESTRUTURA PARA QUEM?

Mesmo que se concretizem os investimentos da China no país, no sentido de ampliar a infraestrutura, como em ferrovias e portos, será

dentro dessa mesma lógica imperialista. Ou seja, para explorar os recursos naturais, superexplorar a mão-de-obra e pilhar as riquezas do Brasil. Um investimento que tem por trás não o desenvolvimento ou qualquer tipo de progresso, mas ainda mais subordinação, decadência e retrocesso.

O imperialismo chinês, portanto, não é alternativa ao imperialismo norte-americano. Uma verdadeira soberania pressupõe a luta contra a dominação de todos os imperialismos, desde o norte-americano, amplamente dominante no país, até o imperialismo chinês, que vem numa crescente e tenta multiplicar seus tentáculos em meio à crise e decadência dos EUA.



Fábrica da chinesa GWM no Brasil | Foto: Divulgação/GWM

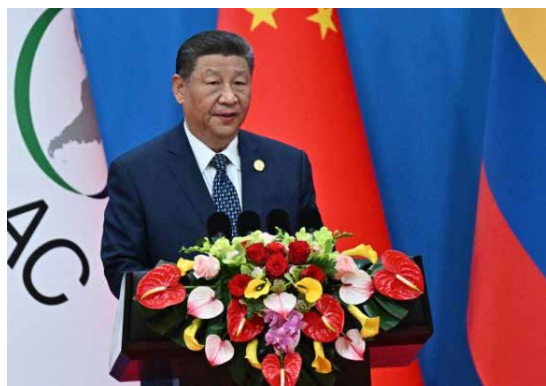
SAÍDA

Nenhuma submissão a qualquer potência capitalista

A história do Brasil é marcada por mais de 500 anos de exploração e rapina. Da metrópole portuguesa, passando pelo imperialismo britânico, até a dependência dos capitais norte-americano e europeu, no século 20, a exemplo da explosão da dívida externa durante a ditadura.

Hoje, a maior parte da economia está nas mãos do capital estrangeiro e imperialista, seja dos EUA, da Europa e, cada vez mais, da China. A saída para a classe trabalhadora e para o país não está na escolha a quem vamos nos submeter. Mas, ao contrário: está no rompimento com o imperialismo.

Isso pressupõe a nacionalização, com a expropriação, sob o controle dos trabalhadores, das 200 maiores empresas, para que produzam de acordo com as necessidades da grande maioria da população, e não para meia dúzia de bilionários, sejam norte-americanos, europeus ou chineses. ■



Xi Jinping, presidente chinês, durante discurso de abertura do fórum Celac-China | Getty Images

Boulos como revitalização de Lula governabilidade

JOANA SALAY,
DE SÃO PAULO (SP)

O governo Lula tem passado por crises sistêmicas. No início do ano, sofreu uma derrota para o bolsonarismo, que conseguiu dirigir a narrativa sobre a suposta taxaço do Pix, fazendo derreter a popularidade de Lula.

As últimas pesquisas começavam a apontar para uma leve recuperação da popularidade; contudo, com o escândalo no INSS, tudo indica que o governo vai ter ainda muitas dificuldades para entrar em 2026 com uma boa taxa de aprovação.

Foi para tentar reverter a queda da popularidade que o governo voltou a falar da possibilidade de isenção do Imposto de Renda para salários de até 5 mil reais. Com o mesmo objetivo, fez uma declaração no “Primeiro de Maio”, dando a entender que pretende se movimentar para acabar com a escala 6x1.

Agora, tenta revitalizar sua imagem, colocando Boulos como ministro, numa pasta central: a Secretaria-Geral da Presidência, responsável pela interlocução com os movimentos sociais.

O PSOL COMO SATÉLITE DO PT?

A entrada de Boulos como ministro, longe de ser um giro à esquerda do governo, é um salto de qualidade na relação do PSOL com a gestão de Lula.

Nas eleições de 2022, o PSOL abriu mão de apresentar uma candidatura no primeiro turno, tendo apoiado o PT desde o início. Com a eleição de Lula, o PSOL passou a ser parte da base do governo no Congresso, abrindo uma “exceção” para que Sônia Guajajara fosse Ministra dos Povos Indígenas.

Naquela época, Valério Arcary, dirigente da corrente Resistência, que hoje protagoniza a integração do PSOL ao governo, defendia que “a adesão ao governo condenaria o PSOL a ser um satélite do PT.”

De janeiro de 2023 pra cá, a dita oposição à adesão ao go-

verno foi sendo substituída por uma aproximação cada vez maior. Para além de ter Guajajara como ministra, o PSOL tem Guilherme Simões, do MTST, como Secretário Nacional de Periferias, no Ministério das Cidades. E como base parlamentar do governo atua na defesa de diversas medidas, inclusive tendo votado a favor da Reforma Tributária e dos cortes no Benefício de Prestação Continuada (BPC).

COMBATER O BOLSONARISMO COM NEOLIBERALISMO?

A justificativa dada para apoiar o governo seria o fato de que existe uma forte oposição de extrema direita e, portanto, seria necessário ampliar as alianças, sendo Lula a única opção para derrotar o bolsonarismo eleitoralmente. Mas, quase três anos após a derrota de Bolsonaro nas urnas, a extrema direita segue fortalecida.

Por outro lado, o governo Lula, apesar de não ser igual ao de Bolsonaro, continua a implementar políticas neoliberais que favorecem os interesses da burguesia, como o Arcabouço Fiscal, as alianças com o Centrão e ao acenos ao agronegócio, como o Plano Safra, com um recorde de R\$ 400 bilhões.

NA PRÁTICA, GOVERNO FORTALECE A EXTREMA DIREITA

Apesar da imagem que Lula pretende passar, suas políticas não enfrentam as causas estruturais do bolsonarismo e acabam fortalecendo a extrema direita.

No discurso, Lula diz o contrário e tenta apresentar medidas, insuficientes, para tentar agradar os trabalhadores. Mas, nada de estrutural muda: seguem a desigualdade, a desindustrialização e o domínio dos capitalistas. Em sua essência, o governo segue defendendo os interesses da classe dominante, tendo, assim, um caráter burguês.

Apoiar o governo com um



Guilherme Boulos (PSOL) e o presidente Lula (PT) | Foto: Ricardo Stuckert/PR

critério meramente eleitoral, de combate à extrema direita, significa, efetivamente, abdicar de apresentar uma alternativa real para a classe trabalhadora. Além disso, não contribui para avançar em conquistas, pois o governo segue atacando direitos. No fim, não serve nem mesmo para combater a extrema direita.

Por isso, o PSTU se coloca como oposição de esquerda ao governo Lula, desde o primeiro dia. O PSOL, ao contrário, tem seguido o caminho da adesão, aproximando-se cada vez mais do governo e, com isso, abandonando até mesmo o programa inicial do próprio partido, que, embora não adotasse a revolução socialista como estratégia, nasceu justamente em oposição ao primeiro governo Lula.

Agora, já preparam uma revisão programática para tornar o PSOL mais coerente com sua atual integração ao governo.

Boulos como ministro, para blindar o governo

Tendo Boulos como principal expoente desse processo de adaptação, o PSOL está aprofundando sua institucionalização e passa a atuar como interlocutor entre os movimentos sociais e o governo. O caso da Favela do Moinho, em São Paulo, é um exemplo emblemático.

O governo federal se alinhava à política do governador de extrema direita, Tarcsio de Freitas, e só realizou concessões após a resistência firme da comunidade, que se recusou a deixar o terreno, enfrentando a polícia e a política dos governos federal e estadual, por três dias consecutivos.

O papel que Boulos terá como ministro, longe de ser pressionar o governo à es-

querda, como se quer fazer parecer, será o de defender a política do governo junto dos movimentos sociais e não o de impulsionar um enfrentamento com o próprio governo, o que seria necessário para conquistar avanços reais.

O papel que Boulos terá como ministro, longe de ser pressionar o governo à esquerda, será o de defender a política do governo junto dos movimentos sociais e não o de impulsionar um enfrentamento com o próprio governo.

la e o PSOL a serviço da

O MES E A DEFESA DO “APOIO CRÍTICO”

Independência ou base de governo?

A crescente integração do PSOL ao governo não ocorre sem contradições e crises internas. A mais recente e significativa ocorreu em fevereiro, com a demissão do economista David Deccache do cargo de assessor da bancada parlamentar do PSOL.

O deputado Glauber Braga se posicionou em defesa de Deccache, criticando o que considerou uma “virada de chave” por parte do campo majoritário do partido. A eventual nomeação de Boulos como ministro de Lula abre novos debates no PSOL.

PSOL É INDEPENDENTE COM LICENÇA DE BOULOS?

Diante da possibilidade de Boulos ser ministro, abrindo mão inclusive de sua candidatura a deputado em 2026, o Movimento Esquerda Socialista (MES) defende que Boulos se licencie do PSOL para ocupar o cargo.

No entanto, é evidente que tal medida não significaria uma real “independência” do PSOL em relação ao governo, já que Boulos é atualmente o principal dirigente do partido e lidera o grupo que detém a maioria na sua direção nacional.

A entrada de Boulos como ministro representaria um salto na integração do partido ao governo, evidenciando um fato incontestável: o PSOL não é independente e a maioria de sua direção sequer faz questão de disfarçar isso.

O MES apresenta uma fórmula jurídica para resolver um problema que é político. Expressando os limites da política da corrente, o MES, ao não se posicionar como oposição de esquerda, acaba, na prática, capitulando ao governo de conciliação de classes.

“APOIO CRÍTICO” É BASE DO GOVERNO

Em um texto apresentado como uma “Declaração da Executiva Nacional do MES-PSOL sobre a possível nomeação de Guilherme Boulos para ministério do governo Lula”, o MES afirma que “o PSOL definiu que não teria cargos no governo, sendo que exceções deveriam se licenciar.” E que “a partir disso, a bancada do PSOL teve condições de apoiar medidas do governo contra a extrema direita e os golpistas, mas com liberdade para criticar e se posicionar de forma contrária quando necessário.”

Esse tipo de orientação é o que explica que as deputadas do MES e Glauber Braga tenham se absterido na votação da Reforma Tributária. Perante o fato de que a maioria da bancada do PSOL votou a favor, optaram pela abstenção, para “não se somarem ao bolsonarismo”.

Com isso, acabam por abrir mão de apresentar uma alternativa ao governo atual, adotando a postura de criticar o que tem “de ruim” e apoiar o que tem “de bom”. Ou seja, se mantendo como base do governo; crítica, mas base do governo.

A FARSA DA FRENTE POPULAR DE COMBATE

O MES segue uma política semelhante à chamada “Frente Popular de Combate”, adotada por setores da esquerda diante de governos de colaboração de classes.

Essa tática surgiu na França, em 1936, com Marceau Pivert, que propunha pressionar os dirigentes reformistas para uma política revolucionária, sem romper com o governo de Léon Blum, ao qual acabou aderindo.

Também na França, situação similar ocorreu décadas depois, com a Organização Comunista Internacionalista (OCI), na Frente Popular dirigida pelo presidente François Mitterrand, do então Partido Socialista, nos anos 1980.

Naquele contexto, apesar de intensas lutas da classe trabalhadora por direitos, a Frente Popular atuou como mediadora entre sindicatos e patronato, servindo para conter o processo revolucionário. No primeiro exemplo, a desmoralização que se seguiu levou à queda do governo em 1938, substituído por um governo conservador.

FRENTE AMPLA: UM GOVERNO A SERVIÇO DA BURGUESIA

O terceiro Governo Lula é menos uma Frente Popular e mais uma Frente Ampla, como o próprio Lula e o PSOL defendem.

É um governo que está a serviço dos interesses da burguesia, mas que conta com o apoio de organizações da classe trabalhadora, com a justificativa de impedir uma nova vitória eleitoral do bolsonarismo.

Por outro lado, ainda que existam importantes processos de mobilização, como a luta pelo fim da escala 6x1, não vivemos um momento de ascensão no Brasil. Nesse contexto, a relação do MES com o governo acaba por ser exclusivamente de defesa de medidas “progressivas”, com uma postura de pouco combate ao governo. Dizem ser independentes; mas, de fato, apoiam o governo.

Essa posição, ao invés de desmascarar o governo, engana a classe trabalhadora. Ao não ter uma atitude firme e coerente de independência de classe, joga quem é contra as medidas do governo nos braços da extrema direita.

SAÍDA

Por uma oposição de esquerda ao governo

No texto mencionado, o MES ainda afirma que “os princípios da fundação do PSOL são incompatíveis com a integração em um governo de colaboração de classes.”

Mas o fato é que o PSOL se integra cada vez mais à institucionalidade, colocando a esquerda do partido perante uma situação em que a decisão de continuar no PSOL implica, como consequência, em uma adesão ao governo. Procurar fórmulas jurídicas, não fará com que o PSOL seja independente.

O PSTU afirma que é

impossível combater o bolsonarismo sem combater o governo e sua política econômica. Muito menos construir uma alternativa revolucionária e socialista para a classe trabalhadora apoiando o governo Lula.

Em nome de uma suposta governabilidade “progressista”, o PSOL se integra cada vez mais ao governo. Para romper esse ciclo, é necessário construir uma oposição de esquerda forte, que dispute a consciência da classe trabalhadora e lute por um projeto socialista e revolucionário. ■



O PSTU é oposição de esquerda ao governo Lula | Foto: Maisa Mendes

Líderes árabes entregam uma fortuna a Trump em meio ao genocídio em Gaza

FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

Entre os dias 13 e 16 de maio, Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, visitou a Arábia Saudita, o Qatar e os Emirados Árabes. A visita ocorreu após o fracasso do tarifaço de Trump, que foi revogado frente ao repúdio de todos os países, da maioria da população estadunidense e até mesmo dos grandes capitalistas.

No Oriente Médio, Trump é repudiado pelos povos árabes, que não aceitam o genocídio em Gaza efetuado pelo Estado de Israel com apoio estadunidense. O genocídio está completando 19 meses. Nesse período, Israel já assassinou pelo menos 64 mil palestinos, destruiu todos os hospitais e escolas e tem impedido o ingresso de ajuda humanitária (alimentos, água, remédios e combustível).

Além disso, Trump também é rejeitado pela ameaça de atacar o Irã, pelos bombardeios criminosos contra o Iêmen, pelas sanções contra a Síria, bem como pelo apoio às agressões israelenses no Líbano e na Síria.

NEGOCIATAS E AGRESSÕES BILIONÁRIAS

Antes de viajar, Trump tratou de desarmar parte dessas políticas imperialistas, para viabilizar sua visita e manter a influência dos EUA na região.

Em Doha, capital do Dacar, abriu negociações diretas com o Hamas, trocando a libertação de um preso de nacionalidade estadunidense-israelense pela promessa de ingresso de ajuda humanitária em Gaza, onde meio milhão de palestinos já passam fome devido ao bloqueio israelense pleno, desde o dia 2 de março.

Em Omã e na Itália, os Estados Unidos realizaram quatro rodadas de negociações com o Irã, com o objetivo de limitar o programa nuclear iraniano e, ao



Mapa — Península Árabe

mesmo tempo, angariar o apoio do Irã a aliados na região, como o Hezbollah libanês, os iemenitas houthis e as milícias xiitas, no Iraque.

Em troca, os Estados Unidos suspenderiam as pesadas sanções contra o país e não realizariam qualquer ação militar, diretamente ou via Israel. As negociações estão em curso, mas já reduziram a temperatura.

Por meio do governo de Omã, Trump fez um acordo de cessar-fogo com os iemenitas houthis, suspendendo a desastrosa agressão militar ao Iêmen, que não conseguiu derrotar os iemenitas houthis. Eles já derrubaram sete drones estadunidenses - US\$ 30 milhões de dólares, cada. Além disso, dois aviões de combate caíram no Mar Vermelho, ao custo de US\$ 67 milhões de dólares cada.

A agressão durou 50 dias e custou mais de um bilhão de dólares. Além de inefetiva, a agressão ianque poderia, segundo os líderes sauditas, colocar em risco a própria visita de Trump, pois os houthis pode-

riam atacar alvos estadunidenses e até mesmo a capital Riade. O acordo com os houthis prevê o fim das ações militares contra alvos dos EUA, mas nada fala sobre os ataques a Israel, que os houthis continuam tendo como alvo.

TRUMP CHEGA NA ARÁBIA SAUDITA

Os líderes sauditas receberam Trump com tapete vermelho e muita pompa. O mesmo ocorreu no Qatar e nos Emirados Árabes. Centenas de acordos, envolvendo cerca de US\$ 2 trilhões de dólares, foram firmados, dentre os quais se destacam a compra, pela Arábia Saudita, de US\$ 142 bilhões em armamentos; a compra de 160 aviões da Boeing, pelo Qatar, ao custo de US\$ 96 bilhões; e acordos de investimentos em Inteligência Artificial, tanto nos EUA como no Oriente Médio.

Trump anunciou o fim das sanções à Síria, o que foi comemorado nas ruas de Damasco,

capital do país, mas nada disse sobre o cessar-fogo em Gaza nem sobre o plano da Liga Árabe para o fim do genocídio palestino, anunciado em 4 de março e rejeitado por Israel. Ou seja, Israel continua com aval de Trump para realizar o genocídio em Gaza, a anexação da Cisjordânia

e os ataques aos vizinhos árabes.

Não por acaso, os líderes árabes são considerados como traidores pela população local e a luxuosa recepção a Trump apenas reafirmou essa percepção. O mínimo esperado seria o cessar-fogo em Gaza ou o apoio ao plano da Liga Árabe.

BUSCANDO ESPAÇO As garras do imperialismo chinês no mundo árabe

Em sua visita, Trump suspendeu as sanções à Síria sob pressão de seus aliados sauditas e turcos, e também sob o risco de uma aproximação comercial e política entre a Síria e a China.

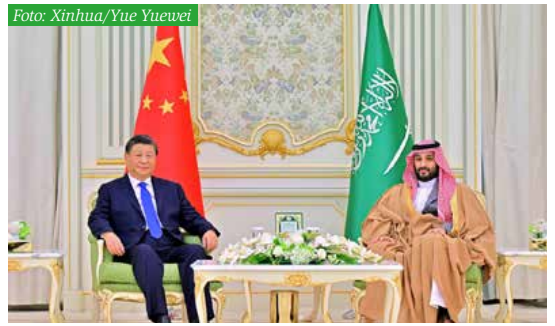
Nos últimos anos, a China avançou muito sobre a região, tornando-se o principal parceiro comercial de vários Estados da região, inclusive Israel, e também o fiador de acordos entre a Arábia Saudita e o Irã, além do acordo entre os partidos palestinos, firmado em Pequim.

ENTREGA DA SÍRIA AO EUA

O presidente interino

da Síria, Ahmed al-Sharaa, ofereceu a Trump um acordo neocolonial, hipotecando o petróleo e o gás sírios (acordo similar ao firmado entre a Ucrânia e os Estados Unidos), além da possível construção de uma "Trump Tower" (edifício destinado a abrigar um centro comercial) em Damasco. Além disso, al-Sharaa se comprometeu em cumprir o acordo de cessar-fogo com Israel, firmado pelo ditador Assad, em 1974, e, vergonhosamente, ainda prendeu dois integrantes da Jihad Islâmica Palestina que se encontravam na Síria.

Foto: Xinhua/Yue Yuewei



Xi Jinping com o rei da Arábia Saudita, Salman bin Abdulaziz Al Saud |

Cresce a solidariedade à Palestina

Enquanto os líderes árabes confraternizavam com o principal patrocinador do genocídio em Gaza, a juventude e a classe trabalhadora tomaram as ruas em vários países, para exigir o fim da carnificina na semana que se rememora a Nakba palestina.

A maior manifestação reuniu meio milhão de pessoas em Londres, capital da Inglaterra, próxima à rua que abriga a sede do governo britânico. Houve intensa violência policial em várias cidades, incluindo Berlim (Alemanha) e Haifa, na Palestina ocupada.

Em várias universidades estadunidenses, os estudantes retomaram atividades de solidariedade, inclusive nos discursos de

formatura, com depoimentos comovedores contra o genocídio em Gaza.

AUMENTA A PRESSÃO POR UM CESSAR-FOGO

No Festival de Cinema de Cannes (França), a famosa atriz francesa, e presidente do júri, Juliette Binoche prestou homenagem à fotoinformalista palestina Fatima Hassouna, que morreu em um ataque israelense em Gaza. O mesmo foi feito pela atriz estadunidense Angelina Jolie.

No festival de música Eurovision, na Basiléia (Suíça), o cantor israelense foi vaiado. Na Noruega, hotéis estão rejeitando hóspedes com passaporte israelense e a central sindi-

cal do país adotou a campanha de Boicote, Desinvestimento e Sanções (BDS) contra Israel.

A mídia holandesa informou que um grupo dos principais estudiosos sobre genocídio concluiu que as ações israelenses em Gaza constituem crime de genocídio, seguindo a mesma conclusão da relatora da ONU para os territórios palestinos, Francesca Albanese, e da organização de Direitos Humanos Anistia Internacional.

Esse conjunto de ações e posicionamentos pressiona líderes imperialistas, como o presidente Macron, da França, ou a revista britânica "The Economist", a darem declarações pelo cessar-fogo imediato.



Ato em solidariedade à Palestina em São Paulo | Foto: Maisa Mendes

POLÊMICA

Rendição não é o caminho

Gilbert Achcar, um importante intelectual marxista libanês, vinculado ao Secretariado Unificado, à qual várias organizações socialistas que integram o PSOL estão vinculadas, escreveu um artigo equivocadamente intitulado "Gaza e a sabedoria de Salomão", no qual afirma:

"A verdade é que o Hamas, hoje, enfrenta uma escolha entre renunciar ao seu domínio sobre Gaza, uma escolha que pode negociar em termos que garantam a segurança e a sobrevivência dos moradores da Faixa, ou continuar sua estratégia de libertação por meio de armas e ilusões. Estas últimas, ou seja, ilusões, são certamente mais poderosas para o movimento do que as primeiras."

O primeiro equívoco desta análise é passar a ideia de que as estratégias de libertação do Hamas são obstáculos para a sobrevivência dos moradores de Gaza, quando os verdadeiros obstáculos são os inimigos da causa palestina: o Estado de Israel, os países imperialistas, os regimes árabes e a burguesia palestina, reunida ao redor da Autoridade Nacional Palestina (ANP).

O segundo equívoco é acreditar que a rendição da resistência armada palestina é garantia de sobrevivência. Entre 1936 e 1939, os britânicos esmagaram a Revolução Palestina e desar-

maram os palestinos. Isso não impediu que as milícias sionistas expulsassem 800 mil palestinos na Nakba, em 1945. Pelo contrário.

Na Cisjordânia, a eventual ausência de resistência armada também não impediu Israel de avançar na colonização das terras palestinas, expulsando mais de 40 mil moradores de campos de refugiados de suas casas e assassinando mais de mil palestinos.

O terceiro equívoco é acreditar em qualquer garantia firmada pelo Estado de Israel e seus patrocinadores. A ruptura unilateral dos acordos de cessar-fogo, firmados por Israel e endossados pelos Estados Unidos, é prova disso.

A única verdadeira garantia é o fortalecimento da resistência palestina, armada ou não, e da solidariedade internacional da juventude e da classe trabalhadora, rumo à libertação de toda a Palestina, do rio ao mar.

A verdadeira garantia é fortalecer a resistência palestina - armada ou não - e a solidariedade internacional da juventude e dos trabalhadores, rumo à libertação total da Palestina, do rio ao mar.

ESTRATÉGIA

Um partido revolucionário para impulsionar a solidariedade internacional

A libertação da Palestina depende de uma combinação das ações da resistência palestina, da classe trabalhadora árabe (contra seus regimes) e da classe trabalhadora internacional, em particular nos países imperialistas.

Também depende de uma visão clara sobre os inimigos e aliados da causa palestina e as verdadeiras soluções.

Por exemplo, a solução de dois Estados, um israelense e outro palestino, é ilusória, pois não garante o direito de retorno de todos os refugia-

dos palestinos às suas terras e casas e ainda oculta o fato de que Israel é um Estado militarizado, que vive do roubo das terras árabes.

Outro exemplo: países cujos regimes oprimem seu próprio povo, como é o caso do Irã ou da China, podem ser aliados conjunturais, mas não são aliados estratégicos, pois são obstáculos para a construção da solidariedade entre os povos oprimidos.

Por isso, é muito importante construir um partido que impulse a resistência

palestina e a solidariedade internacional, como também defenda uma verdadeira perspectiva para a libertação da Palestina, do rio ao mar.

O PSTU integra uma organização internacional, a Liga Internacional dos Trabalhadores (Quarta Internacional), que se orgulha de estar na linha de frente, impulsionando a solidariedade internacional, em unidade de ação, em vários países. Venha discutir conosco e conhecer nossas propostas de atuação internacionalista. ■



Criança de 8 anos aguarda sua vez para receber comida em Rafah, na Faixa de Gaza | Foto: Unicef/Abd Zagout

Precarização e ataques aos trabalhadores reabrem as portas para privatização

 DA REDAÇÃO

Há poucos dias, foi anunciado que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios) teve um prejuízo contábil de R\$ 3,2 bilhões, em 2024. A partir daí, assistimos uma enxurrada de matérias na imprensa em defesa da privatização da estatal.

No Congresso Nacional, a extrema direita, através da senadora Damares Alves (Republicanos), lançou a proposta de “fiscalização e controle” dos Correios. Mas, não para que a estatal seja controlada pelo povo e, sim, para justificar mais

ataques ao que ainda existe de função social na empresa.

Por outro lado, Fabiano Silva Santos, atual presidente dos Correios, nomeado pelo presidente Lula (PT), lançou o “Plano Estratégico de Trabalho”, no qual promete economizar R\$ 1,5 bilhões, jogando a responsabilidade do prejuízo sobre as costas dos trabalhadores.

CORTE DE DIREITOS

O plano inclui várias medidas que afetam diretamente a população, como o fechamento de diversas agências de atendi-

mento, e os trabalhadores e trabalhadoras, como um novo formato de plano de saúde, que já passa por uma grave crise; a suspensão de férias; o fim do trabalho remoto; um plano de demissão voluntária; e, ainda, a redução da jornada, com redução de salário.

O plano do presidente dos Correios segue a mesma lógica do ajuste fiscal do governo Lula, que tira recursos do Benefício de Prestação Continuada (BPC), dos aposentados, da Saúde e da Educação para pagar juros aos banqueiros.



Foto: Joêdson Alves/Agência Brasil

NEOLIBERALISMO

30 anos de ataques aos Correios

Os ataques à empresa começaram com Fernando Henrique Cardoso (PSDB), no final dos anos 1990, por meio do Projeto de Lei (PL) 1491, que foi derrotado pelos trabalhadores, mas conseguiu introduzir a terceirização, por meio de agências franqueadas e a criação do Banco Postal.

Em 2008, Lula propôs transformar os Correios em uma empresa negociável na Bolsa de Valores. Mais uma vez, a mobilização dos trabalhadores engavetou o processo. Porém, o petista prorrogou as franquias de agências, ampliou a terceirização em áreas fins e realizou dois planos de demissão voluntária.

O projeto “Correios S.A.” voltou no governo Dilma (PT), entre 2011 e 2016, quando foi aprovado e abriu espaço para a privatização e o desmonte da empresa por dentro. A direção dos Correios repassou lucros para a União (no valor de R\$ 6,2 bilhões), durante os governos do

PT, diminuindo os investimentos na empresa.

Entre 2016 e 2019, Temer (MDB) ameaçou demitir 25 mil funcionários concursados, alegando dificuldades financeiras. Com Bolsonaro (PL), os ataques foram ainda maiores, a empresa esteve à beira de ser vendida e foram retirados, de uma só vez, 50 cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

Com a derrota de Bolsonaro, o projeto de lei foi arquivado, mas o atual governo Lula ampliou as terceirizações e adotou uma série de medidas que atingiram a empresa e os trabalhadores: fez concurso público, mas não convocou os aprovados; ampliou custos com cargos de gestão e apadrinhamentos políticos; e, ainda, emitiu a Portaria Interministerial nº 1086/2024, assinada Ministro Fernando Haddad (PT), que acabou com a exclusividade dos Correios no “e-commerce” internacional (“comércio eletrônico”).

SAÍDA

Retomar o monopólio estatal

Não é possível resolver a atual crise e garantir serviços de qualidade à população sem retomar o monopólio estatal e fazer com que a gestão da empresa esteja sob controle dos próprios trabalhadores.

Além do pacote de maldades, a gestão atual do presidente Lula e de Fabiano Silva Santos vende inúmeras ilusões aos trabalhadores dos Correios. Agora, por exemplo, pedem “sacrifícios”, para que consigam implementar projetos no futuro, que vão do “M@is Correios Marketplace” (plataforma de comércio eletrônico) até um Banco Digital.

Evidentemente, é impossível que os Correios se restrinjam à prestação de serviços postais. Se, hoje, 85% das agências operam no vermelho é porque o monopólio se mantém apenas no setor menos rentável, que é o da correspondência.

Por isso, a primeira exi-

gência que precisamos fazer a Lula é que, para ser coerente com a defesa dos Correios públicos, é necessário defender o monopólio não só postal, mas também do “e-commerce”. Assim como também é preciso defender o caráter social da empresa. Há muitíssimas demandas no país que podem e devem ser supridas pelos Correios, única empresa que chega aos 5.570 municípios brasileiros.

Hoje, a empresa já presta vários serviços em suas agências, como a emissão, regulamentação e alteração de CPF; a emissão de certificados digitais; a entrada no seguro por acidente de trânsito (DPVAT); a distribuição de kits de TV digital e o pagamento a aposentados, através do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Em momentos de crise, como a pandemia da Covid-19 e as enchentes do Rio Grande do Sul e de Minas

Gerais, a estrutura dos Correios também foi fundamental.

CORREIOS 100% PÚBLICO E ESTATAL

A luta em defesa dos Correios público e estatal não pode ficar apenas nas mãos dos trabalhadores da empresa. E muito menos concentrada numa frente parlamentar. É fundamental levarmos a campanha às ruas, explicando o porquê devemos impedir a privatização tão fortemente defendida e difundida pelo mercado e pela extrema direita.

É preciso exigir que o governo Lula invista, imediatamente, recursos financeiros nos Correios, a começar pela devolução dos R\$ 3,2 bilhões (em valores atualizados) referentes a dividendos transferidos, em excesso, ao governo federal entre 2007 e 2013. Além disso, precisamos defender a manutenção de todas as agências abertas e a convocação dos aprovados no concurso. ■

A ousadia de Ney Matogrosso explode na tela

WILSON HONÓRIO DA SILVA,
DA REDAÇÃO

Baseado no livro “Ney Matogrosso: a biografia”, de Júlio Maria, nas memórias do cantor (“Vira-lata de raça”) e tendo sido acompanhado e “abençoado” pelo próprio Ney, “Homem com H”, escrito e dirigido por Esmir Filho, é um daqueles filmes que precisa ser visto, em primeiro lugar, porque oferece o que há de melhor no cinema: uma história bem contada através da criatividade, inteligente e instigante manipulação da câmera, das imagens, do som e tudo mais que faz um filme.

É verdade que a história, no caso, já é um espetáculo, uma vez que estamos falando de uma figura que, ainda em plena atividade aos 83 anos, tem mais de meio século de carreira, é dono de um talento enorme e multifacetado e delicioso ícone da liberdade em seus sentidos mais amplos. Seja a artístico, cultural e criativa. Seja a sexual e política.

Não faltam exemplos de vidas espetaculares que foram transformadas em cinebiografias medíocres. Este, felizmente, não é o caso de “Homem com H”. E não só porque o próprio Ney acompanhou toda a produção muitíssimo de perto.

O filme é digno de Ney exatamente porque consegue transformar algumas das essências do cantor em imagens em movimento e sons. Consegue, nas palavras do diretor Esmir Filho, “traduzir Ney Matogrosso para o cinema”, sendo “ousado, provocativo, debochado e profundo (...), avesso aos hábitos impostos”, e, ao mesmo tempo, uma jornada de afeto e celebração da vida.

TENSIONADO ENTRE OPRESSÃO E EXERCÍCIO DA LIBERDADE

Esmir falou sobre o desafio em tentar dar conta, em duas horas, de “uma lenda viva da



Ator Jesuíta Barbosa em cena de ‘Homem com H’ | Foto: Marina Vancini/Divulgação

música brasileira, uma força da natureza (...) um homem que canta com o corpo, traduz nossa libido, emana a liberdade que a gente tanto almeja. Uma liberdade que nunca foi dada, mas conquistada”.

Algo particularmente evidente na iluminada interpretação de Jesuíta Barbosa, que, pra além de incorporar a presença de palco, os trejeitos, as caras e bocas do Ney-cantor e “performer”, deixou se impregnar de tal forma pelo artista que consegue carregá-lo e transmiti-lo em olhares que falam, em gestos que dançam, na voz que embala e seduz.

Cobrinho um período que vai dos 17 aos 50 e tantos anos (nos lançando, então, para o presente), o filme parece ser tensionado pelos “extremos” que moldaram a vida e obra do cantor. O da opressão e o do exercício da liberdade, acima de tudo. Mas, também, de uma figura que transborda

nos palcos ao mesmo tempo que, na sua vida cotidiana, é contido pelas mesmas dores e marcas que todos e toda nós experimentamos.

UMA BANDEIRA DESFRALDADA NAS TELAS DO CINEMA

Não causa surpresa que algumas das “críticas” recorrentes a Ney também estejam respigando no filme. Principalmente a que teima em afirmar que o cantor nunca assumiu “bandeiras”, mesmo sob a ditadura, deixando de se manifestar sobre questões políticas e sociais.

Crítica que Ney sempre respondeu com inteligente ironia, lembrando que ele próprio foi, durante a vida inteira, uma “enorme bandeira”. Mesma ironia que no filme, inclusive, é utilizada na representação patética da censura ditatorial, numa cena no camarim de um Ney completamente nu. Ou fazendo de si próprio uma

bandeira desfradada, se preferirem.

Uma bandeira que sempre se ergueu na luta pela liberdade tendo como contraponto ou obstáculo a opressão que não só caracteriza uma ditadura, mas toda uma sociedade há muito contaminada por distintas formas de marginalização e discriminação que, no filme, são praticamente sintetizadas na figura do pai de Ney, o conservador e preconceituoso militar Antonio Matogrosso, que no início do filme tenta “arrancar” a homossexualidade de seu filho através de surras e abusos.

Homossexualidade que, no decorrer do filme, é celebrada não só através de cenas recheadas de uma desavergonhada sensualidade homoerótica (tendo, ironicamente, como trilha a música título do filme), como também através de citações que só poderiam emergir de uma equipe marcadamente

LGBTI+, a começar pelo diretor e o protagonista.

Afinal, é preciso conhecer nossa história para resgatar as cenas que reproduzem as imagens de corpos masculinos zanzando sensualmente por Ipanema, captadas pelo fotógrafo Alair Gomes, nos anos 1970, ou o quadro, que fica sobre a cama de Ney, presenteado pelo grafiteiro Keith Haring, em 1983, durante o Festival de Montreux (Suíça), mostrando Ney literalmente “soltando os bichos”.

HUMANO, EXTREMAMENTE HUMANO

O filme ainda possibilita ver um Ney que o grande público desconhece. O artista que teve que encarar o preconceito até mesmo de seus parceiros nos Secos & Molhados. O cara que teve muitos, muitíssimos amantes e, quando quis, também esteve com mulheres.

O sujeito que teve uma apaixonada relação com Cazuza (coisa invisibilizada no filme sobre o cantor) e também o homem que transformou seu próprio apartamento em enfermaria para cuidar de Marcos Maria, com que viveu durante 13 anos, quando ele estava morrendo em decorrência de complicações causadas pela Aids.

Tudo isto pontuado e costurado por alguns dos maiores sucessos do cantor que, além de tudo, sempre estabelecem um interessante diálogo com a narrativa. Por exemplo, é impossível não se comover com “inversão poética” que brota de “O mundo é um moínho”, de Cartola, servindo como trilha sonora para a morte do pai. Ou ainda, não dá pra sair do cinema sem estar cantarolando “Eu quero é botar meu bloco na rua”. Não só porque é esta música que, entoada por milhares e milhares, ao vivo, em 2024, fecha a narrativa. Mas porque é assim que Ney nos faz sentir. ■

Quem realmente merece o tapete vermelho

Ovacionado no Festival de Cinema de Cannes (França), após a exibição do filme “O agente secreto”, o diretor pernambucano Kleber Mendonça Filho é um dos mais de 450 profissionais do cinema que assinaram uma Carta Aberta (chamada “Holocausto Palestino”), denunciando o genocídio em Gaza. O manifesto, divulgado na abertura do festival, critica o silêncio cúmplice da indústria audiovisual diante

da matança de civis e da destruição de Gaza por Israel. “Estamos envergonhados” com o silêncio da indústria audiovisual, afirma a carta. “Como artistas e trabalhadores da cultura, não podemos continuar em silêncio enquanto um genocídio está sendo executado em Gaza”. Entre os signatários estão artistas como Fernando Meirelles, Pedro Almodóvar, Javier Bardem, Ralph Fiennes, Costa-Gavras, Richard Gere,

Susan Sarandon, Jude Law, Mark Ruffalo e Xavier Dolan. A carta ainda menciona o assassinato da jornalista palestina Fatima Hassouna, protagonista de um filme selecionado para o festival, morta em um bombardeio israelense. No tapete vermelho, Julian Assange, fundador do Wikileaks, exibiu uma camiseta com os nomes de 4.986 crianças palestinas mortas (todas com menos de 5 anos).



Ator Wagner Moura em cena de ‘O Agente Secreto’ | Foto: Divulgação

“LET’S DRILL, BABY!”

Petrobras adota slogan trumpista para justificar perfuração na Amazônia

“Let’s drill, baby!” (“Vamos perfurar, baby!”), foi o que Magda Chambriard, presidente da Petrobras falou na “Offshore Technology Conference” (OTC, “Conferência de Tecnologia Costeira”), realizada em Houston (EUA), um dos maiores eventos da indústria petrolífera global. A frase repete Donald Trump, que usou a mesma expressão para defender a exploração ilimitada de petróleo, negando a crise climática.

Não é novidade que a pre-

sidente da Petrobras está na linha de frente da ala do governo que defende a exploração de petróleo no Brasil “até a última gota”. A frase se insere no contexto de sua defesa da exploração de petróleo na foz do Amazonas e vale lembrar que foi em sua gestão, como diretora-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que o bloco FZA-M-59, no litoral do Amapá, onde a petroleira estatal quer perfurar um poço, foi vendido. Aliás, em Houston, Magda discursou ao lado

do governador do Amapá, Clécio Luís (Solidariedade), outro notório defensor da exploração de petróleo na Amazônia. E tudo está isto acontecendo ocorre a seis meses da realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas, a COP 30, em Belém (PA).

Outra mania trumpista adotada por Magda é a de divulgar “fake news” com a cara mais deslavada do mundo. Recentemente, ela e seus lacaios disseram que “não existe coral na foz do Amazonas”. No entanto, estudos científicos revelaram a descoberta de um grande sistema de recifes na foz do Rio Amazonas, comprovando que eles permanecem ativos, em crescimento; contrariando aqueles que afirmam que eles estariam “mortos” ou que sua existência seria fruto de “fake news”, para tentar barrar atividades petrolíferas na região.

Nos últimos anos foram publicados vários artigos em revistas científicas de renome sobre os corais, como, por exemplo, a “Scientific Reports” (“Relatórios Científicos”), a “Science Advances” (“Avanços da Ciência”) e a “Frontiers in Marine Science” (“Fronteiras da Ciência Marinha”). No entanto, tudo isto é ignorado pela presidente da Petrobras, fiel ao seu evangelho da perfuração infinita e que cita Trump com o entusiasmo de quem vende o Apocalipse como oportunidade de negócios.



“LET’S DRILL, BABY!”

Magda Chambriard, presidente da Petrobras, imita Donald Trump para defender petróleo na foz do Amazonas

ATÉ O SOCIALISMO, SEMPRE! Gilberto Melo, presente!

Aprendemos com nossos mestres, como Trotsky e Moreno, a importância de nos conectarmos com as novas gerações. A juventude, livre do peso do passado, é essencial para renovar a luta revolucionária. Seu entusiasmo, aliado à experiência das gerações anteriores e à classe trabalhadora, é motor da transformação socialista.

Gilberto Melo, professor de História e militante desde os primeiros anos do PSTU no Triângulo Mineiro, entendia isso profundamente. Faleceu tragicamente, no dia 16 de maio, em sala de aula, aos 54 anos, vítima de infarto fulminante, após complicações de uma dengue hemorrágica. Na vers-

pera, em sua última participação no canal Coletivo Bancada do Livro (CBL), Gilberto afirmou: “Tudo está ligado à Educação”.

Ativista incansável pela Educação pública, Gilberto enfrentou perseguições políticas, perdeu emprego na rede privada, mas nunca recuou. Atuou no SindUte/MG, em Patrocínio, e era parte da corrente Educação em Luta – CSP/MG.

Também era pai, marido, irmão e filho. Sua morte expõe o descaso histórico dos governos com a saúde da classe trabalhadora. Sua vida dedicada à Revolução Socialista seguirá como exemplo. Honraremos sua memória, lutando contra o capitalismo que ele tanto combateu. ■



Gilberto Melo era professor e militava no Triângulo Mineiro